



## DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL: DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

*Yasmin da Silva Cardozo<sup>1</sup>  
Monica Menezes<sup>2</sup>  
Adenilson Souza Cunha Junior<sup>3</sup>*

**Eixo:** Políticas Públicas para EJA

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Penitenciária.

### Introdução

Este é parte de uma pesquisa do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- (UESB). Que aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional, onde essa modalidade assume uma dimensão ainda mais complexa no campo educacional, pois se torna precisa quando dialoga com desafios estruturais, institucionais e humanos próprios do ambiente de privação de liberdade. Trabalhar com a EJA nas unidades prisionais significa atuar em um espaço marcado por estigmas, violações de direitos, rotinas disciplinadoras e condições adversas, o que exige dos professores sensibilidade social, preparo psicológico, competências pedagógicas específicas e uma compreensão ampliada acerca do papel emancipador da educação. A docência nesse cenário não se limita à transmissão de conteúdos; ela é atravessada por tensões éticas, políticas e estruturais que impactam diretamente o fazer pedagógico e a relação entre educadores e educandos.

O interesse em pesquisar essa temática nasce da necessidade de compreender como a atuação docente se organiza em um ambiente onde o direito à educação é constantemente tensionado pelas lógicas prisionais, pelas restrições de segurança, pela falta de materiais e pela ausência de políticas efetivas de formação continuada. Além disso, busca-se compreender de que forma a EJA contribui para a ressocialização, para a reconstrução de trajetórias e para a possibilidade de um novo projeto de vida para os privados de liberdade.

Assim, esta pesquisa se fundamenta no seguinte questionamento: de que forma os desafios impostos pelas condições estruturais do cárcere, pela heterogeneidade do público

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB. E-mail:cardozoyasmin56@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB – SIGLA- E-mail: monikinha.menezes@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB – SIGLA- E-mail: adenilsoncunha@uesb.edu.br

e pela escassez de recursos influenciam ou limitam as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da EJA no sistema prisional? A partir dessa questão, o estudo se propõe a analisar a atuação docente, identificar os principais entraves que atravessam o cotidiano da sala de aula no presídio e compreender em que medida a EJA pode se constituir como instrumento de autonomia, criticidade e ressocialização.

## **Metodologia**

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, combinado com uma triangulação entre pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturada, com professores que lecionam a modalidade da EJA no Conjunto Penal de Vitória da Conquista-BA e a carta enviada por um detento-estudante de forma espontânea que se encontra preso na unidade. As entrevistas juntamente com os diálogos formais e informais e observações permitiram captar elementos subjetivos e práticos do cotidiano da docência nesse ambiente, possibilitando a construção de uma análise interpretativa que dialoga com a teoria e com as condições concretas do presídio.

## **Análise dos resultados**

A análise dos dados evidencia que a docência na EJA em ambiente prisional é atravessada por desafios estruturais e institucionais que repercutem diretamente no trabalho dos professores. Os entrevistados ressaltam a ausência de formação continuada específica para atuar no cárcere, apesar de documentos oficiais garantirem esse direito. A própria Resolução nº 3/2009, que estabelece as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, prevê a necessidade de preparação adequada dos profissionais, algo que, na prática, não se concretiza conforme relataram.

Outro ponto recorrente refere-se ao desgaste provocado pelos protocolos de segurança, que tornam o acesso à sala de aula tenso e imprevisível. Os docentes afirmam que “chegar até a aula já é um desafio”, mostrando como a lógica disciplinar do presídio interfere no processo educativo. Soma-se a isso a falta de materiais, espaços inadequados e interrupções constantes, elementos que dificultam o planejamento e fragilizam a continuidade pedagógica.

Mesmo diante dessas limitações, os professores reconhecem a importância da educação para os detentos, sobretudo porque ela está assegurada como direito pela Lei de Execução Penal, que determina a oferta de ensino fundamental e médio para pessoas

privadas de liberdade. Essa garantia legal dialoga diretamente com as falas dos docentes, que compreendem a EJA como instrumento de dignidade e possibilidade de reconstrução de trajetórias. A carta do detento analisada reforça esse entendimento ao afirmar que a escola representa “um espaço de esperança” dentro do presídio.

Assim, os dados mostram que, apesar das adversidades, a docência no cárcere possui caráter profundamente humanizador. A presença da EJA, mesmo em condições precárias, contribui para ampliar horizontes, fortalecer a autoestima e promover processos de ressocialização previstos na própria legislação que ampara o direito à educação no sistema prisional.

### **Considerações Finais**

A pesquisa evidenciou que a docência na EJA no sistema prisional é marcada por desafios estruturais, institucionais e sociais que impactam diretamente o trabalho pedagógico. A falta de formação continuada específica, a escassez de materiais, a rotina rígida do presídio e os constantes protocolos de segurança criam um contexto que exige dos professores elevada capacidade de adaptação e resiliência.

Apesar dessas limitações, o estudo mostrou que a educação no cárcere desempenha um papel significativo na vida dos apenados. A sala de aula se torna espaço de diálogo, acolhimento e reconstrução de trajetórias, permitindo que os estudantes desenvolvam autonomia, senso crítico e novas perspectivas de futuro. A atuação docente, portanto, ultrapassa a dimensão conteudista e se aproxima de práticas humanizadoras, que reafirmam a educação como direito e como possibilidade de transformação.

Os dados também indicam que fortalecer políticas públicas voltadas para a formação e suporte aos professores é essencial para consolidar a educação prisional, garantindo condições mais dignas de trabalho e maior efetividade no processo de ressocialização. Conclui-se que, mesmo em meio a adversidades, a EJA no sistema prisional confirma seu potencial como prática libertadora, contribuindo para a ampliação de direitos e para a construção de uma sociedade mais justa.

### **Referências**

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da Noite**: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de

Educação nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mar. 2009. Seção 1, p. 36.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.